

O advogado mineiro condena a "polarização tóxica" vigente no Brasil

Pacheco e Lira são reeleitos para a presidência do Senado e Câmara

O senador derrotou o bolsonarista Marinho, que recebeu 32 votos, com apoio do governo, enquanto o deputado venceu, apoiado por um único bloco parlamentar com 20 partidos

Roque de Sá - Agência Senado

Pablo Valadares - Câmara dos Deputados Câmara de Notícias



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi reeleito para comandar a Casa pelo próximo biênio. Com apoio de 49 senadores - 8 a mais do que os 41 necessários -, o parlamentar derrotou o bolsonarista Rogério Marinho (PL-RN), que recebeu 32 votos. Pacheco sempre foi favorito na disputa, mas desde a última semana o governo e até o Judiciário entraram na campanha para reforçar sua recondução ao cargo. O presidente Luiz

Inácio Lula da Silva escalou ministros do governo para negociar nos bastidores e prometeu liberar cargos de segundo e terceiro escalão que vem sendo pleiteados por parlamentares - há reclamações recorrentes de que o PT travou as indicações. A intenção de Pacheco em manter a distribuição de forças no Senado tem incomodado os pares. O senador também se desgastou com sua proximidade do Judiciário, que derrubou em dezembro o orçamento secreto, apesar de apelos pessoais de Pacheco a cada ministro do

STF. Isso chegou a ser usado como "plataforma de campanha" de Marinho, que se pautou em um discurso de defesa dos parlamentares e dos interesses da Casa. Com 464 votos, o atual presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira também foi reconduzido para mais um mandato no biênio 2023-2024. Lira foi apoiado por um único bloco parlamentar reunindo 20 partidos, incluindo duas federações. O bloco reúne a Federação Brasil da Esperança e o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro. **PÁGINAS 6 e 7**

MINORIAS

Lula admite que o STF é fundamental na luta contra as desigualdades

PÁGINA 6

ADIAMENTO

Alerj empossa deputados, mas só vai eleger novo presidente na quinta-feira

PÁGINA 7

INTOLERÂNCIA

Rosa Weber chama atos golpistas no Congresso de invasão criminosa

PÁGINA 8

Inflação

Fed eleva taxa de juros entre 4,5% e 4,75%

O Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) elevou a taxa dos Fed Funds em 25 pontos-base, para a faixa entre 4,50% e 4,75% ao ano, em comunicado pós reunião de política monetária divulgado na quarta-feira, 1º de fevereiro. A decisão foi unânime e está em linha com as expectativas do mercado financeiro. **PÁGINA 2**

Crianças

Líderes fazem pacto para acabar com Aids

Ministros de 12 países africanos fizeram um compromisso e traçaram planos para acabar com a Aids infantil até 2030. Na lista encontram-se Angola e Moçambique. Hoje, em todo o mundo, um menor morre de causas relacionadas à doença a cada cinco minutos. A meta é garantir que todos os menores com HIV tenham acesso a tratamento. **PÁGINA 5**

Exportações

Balança registra maior superávit desde 2006

O bom desempenho da safra de milho e as exportações de petróleo fizeram a balança comercial iniciar 2023 com o maior superávit para meses de janeiro em 17 anos. No mês passado, o país exportou US\$ 2,716 bilhões a mais do que importou. Em janeiro do ano passado, a balança tinha registrado déficit de US\$ 58,7 milhões. Este é o melhor resultado desde 2006. **PÁGINA 2**

Controle

Copom mantém taxa Selic em 13,75% ao ano

Apesar da alta recente na inflação, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 13,75% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros. A taxa continua no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano. **PÁGINA 2**

IBOVESPA 112.073,55 ↓ -1,20%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
BRF SA ON NM	8,57	+13,21%	+1,00
MARFRIG ON NM	8,11	+4,11%	+0,32
SAO MARTINHOON NM	26,19	+6,90%	+1,69
BRASKEM PNA N1	23,80	+4,75%	+1,08
ENEVA ON NM	12,24	+3,55%	+0,42

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
SANTANDER BRUNT EJ	27,35	-3,93%	-1,12
EZTEC ON NM	13,90	-4,66%	-0,68
RAIZEN PN N2	3,150	-3,08%	-0,100
GRUPO NATURAON NM	14,00	+2,41%	+0,33
TELEF BRASILON	40,24	-1,25%	-0,51

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	93,46	-0,90%	-0,85
AMBEV S/A ON	13,18	-3,23%	-0,44
PETROBRAS PN N2	25,71	+0,31%	+0,08
RAIZEN PN N2	3,150	-3,08%	-0,100
ITAUNIBANCO PN EJ N1	24,98	-1,32%	-0,34

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	34.092,96	+0,020%
S&P 500	4.119,21	+1,05%
NASDAQ	11.816,32	+2,00%
DAX 30	15.180,74	+0,35%
FTSE 100	7.761,11	-0,14%
IBEX 35	9.100,50	+0,74%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,060	5,061	↓ -0,32%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,027	0,027	↓ -0,46%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,557	5,558	↑ 0,76%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,258	6,260	↑ 0,20%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
312,00	USD\$ 1.952,82

APERTO MONETÁRIO

Fed aumenta as taxas de juros nos EUA entre 4,50% e 4,75% ao ano

A entidade norte-americana observou que a inflação permanece elevada nos Estados Unidos e, até retornar à meta, as altas dos juros ainda serão necessárias para atingir a postura monetária suficiente restritiva

O Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) elevou a taxa dos Fed Funds em 25 pontos-base (pb), para a faixa entre 4,50% e 4,75% ao ano, em comunicado pós reunião de política monetária divulgado na quarta-feira, 1º de fevereiro. A decisão foi unânime e está em linha com as expectativas do mercado financeiro. O Fed ainda elevou a taxa de juros paga sobre saldo de reserva de 4,4% para 4,65%, decisão que entra em vigor a partir de quinta-feira, e a taxa de desconto em 25 pontos-base, para 4,75% ao ano.

O Comitê alterou seu comunicado de política monetária ao se referir às futuras ações sobre juros, trocando a palavra "ritmo" por "extensão". "Para determinar a extensão de futuros aumentos dentro da meta, vamos levar em consideração o aperto cumulativo da política monetária e as defasagens com que a política afeta a atividade econômica e a inflação", anunciou o Comitê.

O Fed observa que a inflação permanece elevada e, até retornar à meta, altas de juros ainda serão necessárias para atingir postura monetária suficiente restritiva. Nas próximas decisões, de acordo com o comunicado, os dirigentes devem avaliar principalmente condições do mercado de trabalho, pressões inflacionárias e expectativas de inflação, além de desenvolvimentos da economia americana e internacional.

Os dirigentes do Fed ressaltaram seu compromisso de atingir o emprego máximo e trazer a inflação para a meta de 2%



Kevin Lamarque - Reuters

Fed: o Comitê também anunciou que deve continuar reduzindo suas participações em títulos do Tesouro e dívidas de agências e títulos lastreados em hipotecas de agências

no longo prazo. No entanto, o Comitê destaca que está "preparado para ajustar a política monetária", caso surjam riscos que impeçam o cumprimento das metas definidas.

O Comitê também anunciou que deve continuar reduzindo suas participações em títulos do Tesouro e dívidas de agências e títulos lastreados em hipotecas de agências.

Com a decisão sobre os juros do Fed, os contratos futuros de petróleo fecharam em baixa na quarta-feira. A commodity chegou a subir logo cedo, mas

inverteu o sinal após a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) manter os níveis atuais de produção. As baixas se estenderam depois que o relatório semanal do Departamento de Energia (DoE, na sigla em inglês) mostrou alta nos estoques dos EUA na última semana, mas finalizaram o dia no negativo, mesmo reduzindo perdas.

O petróleo WTI para março fechou em queda de 3,12% (US\$ 2,46), em US\$ 76,41 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent

para abril recuou 3,07% (US\$ 2,62), a US\$ 82,84 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

O petróleo chegou a reduzir parte das perdas após a decisão de juros do Federal Reserve (Fed), de aumentar em 25 pontos-base (pb) os Fed Funds, a 4,50% e 4,75%, mas o pouco fôlego não foi suficiente para levar a commodity ao território positivo.

O Comitê Conjunto de Monitoramento Ministerial (JMMC, na sigla em inglês) da Opep informou em comunicado, após se reunir nesta quarta, que reco-

mentou a manutenção da política atual de produção de seus integrantes. O acordo atual deve vigorar até o fim deste ano, lembrou o texto. A decisão veio conforme a expectativa dos mercados, mas houve piora dos contratos depois da notícia.

O movimento de baixa do óleo se estendeu após o relatório semanal do DoE. Os estoques de petróleo dos EUA cresceram 4,14 milhões de barris na semana, ante previsão de estabilidade dos analistas consultados pelo Wall Street Journal.

O Julius Baer comenta que

um avanço nos preços dos contratos visto mais cedo neste ano parece ter perdido fôlego. A reabertura da China animou os mercados, mas os impactos nos fundamentos podem ter sido mais contidos, considerou o banco. Com a produção crescendo, riscos políticos e a demanda estagnada no Ocidente, o Julius Baer acredita que o quadro aponta para preços mais baixos no mais longo prazo. "A reabertura da China parece ter perdido um pouco de sua influência no mercado de petróleo", diz o banco.

EXPORTAÇÕES

Balança comercial teve o maior superávit para janeiro desde 2006

O bom desempenho da safra de milho e as exportações de petróleo fizeram a balança comercial iniciar 2023 com o maior superávit para meses de janeiro em 17 anos. No mês passado, o país exportou US\$ 2,716 bilhões a mais do que importou. Em janeiro do ano passado, a balança tinha registrado déficit de US\$ 58,7 milhões. Este é o melhor resultado para o mês desde 2006.

No mês passado, o Brasil vendeu US\$ 23,137 bilhões para o exterior e comprou US\$ 20,420 bilhões. As exportações subiram 11,7% em relação a janeiro do ano passado, pelo critério da média diária, e bateram recorde para o mês desde o início da série histórica, em

1989. As importações caíram 1,7% pelo critério da média diária, mas subiram 2,3% no valor absoluto, por causa do maior número de dias úteis em janeiro deste ano, e também bateram recorde.

No caso das exportações, o recorde deve-se mais ao aumento do volume comercializado do que aos preços internacionais das mercadorias. No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu em média 9,5% na comparação com janeiro do ano passado, enquanto os preços médios aumentaram 5,6%.

A valorização dos preços das mercadorias vendidas para o exterior poderia ser maior não fosse a queda do minério de

ferro, cuja cotação caiu 7,2% na mesma comparação, e por produtos industrializados de ferro, como ferro-gusa, ferro-esponja e ligas de ferro, cujo preço recuou 11,8%, ainda sob reflexo da desaceleração da economia chinesa.

Nas importações, a quantidade comprada caiu 1,6%, refletindo a desaceleração da economia, mas os preços médios aumentaram 5%. A alta dos preços foi puxada principalmente por petróleo e medicamentos, itens que ficaram mais caros após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia. Os preços dos fertilizantes químicos, que subiram fortemente no ano passado, caíram 7,1% entre janeiro de 2022 e de 2023.

No setor agropecuário, a valorização das commodities (bens primários com cotação internacional) pesou mais nas exportações. O preço médio avançou 12,4% em janeiro na comparação com o mesmo mês de 2022, enquanto o volume de mercadorias embarcadas subiu 2,2%. Na indústria de transformação, o volume exportado subiu 5,1%, com o preço médio aumentando 6,9%.

Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada subiu 31,8%, mas os preços médios recuaram 3,1% em relação a janeiro do ano passado.

O petróleo bruto voltou a puxar o aumento das expor-

tações, com o volume exportado subindo 49,8% e os preços caindo 2,8%. Isso ocorreu por causa da retomada da produção da Petrobras. Após um ano de altas contínuas, os preços do petróleo começam a desacelerar porque os efeitos da guerra na Ucrânia e da recuperação econômica após a fase mais aguda da pandemia de covid-19 já foram incorporados às cotações.

Na comparação entre janeiro do ano passado e janeiro deste ano, os produtos com maior destaque nas exportações agropecuárias foram milho não moído, exceto milho doce (+163%) e sementes oleaginosas de girassol, gergelim, canola, algodão e outras (+732,3%). O destaque negativo foram soja (-61,1%) e algodão bruto (-41,5%).

Na indústria extrativa, os maiores crescimentos foram registrados nas exportações de outros minerais em bruto (+151,1%), minérios de cobre e seus concentrados (+129,5%) e óleos brutos de petróleo (+45,6%). Na indústria de trans-

formação, as maiores altas ocorreram nas aeronaves, incluindo componentes (+364,4%), açúcares e melações (+67,5%) e carnes de aves (+35,8%).

Quanto às importações, as maiores quedas foram registradas no milho não moído, exceto milho doce (-20,8%), soja (-34,8%) e látex (-31,4%) na agropecuária; minérios de níquel e seus concentrados (-55,7%), carvão (-34,5%) e gás natural, na indústria extrativa; e combustíveis (-12,4%), equipamentos de telecomunicações (-15,7%) e válvulas e tubos termiônicos (-12,3%), na Indústria de transformação.

Diferentemente do habitual, a Secretaria de Comércio Exterior não divulgou uma estimativa para o saldo da balança comercial neste ano. Tradicionalmente, as projeções são divulgadas no primeiro mês de cada trimestre. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US\$ 57,6 bilhões neste ano.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

COBRE

Volume de produção da Glencore fica dentro da projeção do mercado

Apenas a produção de cobre recuou 12% no ano passado e a expectativa da empresa era chegar a 1,1 milhão de toneladas, com variação de 20 mil toneladas para cima ou para baixo

A Glencore disse na quarta-feira que seus volumes de produção de 2022 ficaram em linha com projeções divulgadas em outubro. Segundo a mineradora anglo-suíça, os resultados da produção de cobre e de zinco refletiram os efeitos das vendas de ativos, assim como restrições geotécnicas e problemas na cadeia de oferta do Cazaquistão.

Apenas a produção de cobre recuou 12% no ano passado, a 1,1 milhão de toneladas. A expectativa da Glencore era de 1,1 milhão de toneladas, com variação de 20 mil toneladas para cima ou para baixo.

Em 2023, a empresa prevê produzir 1 milhão de toneladas de cobre, com variação de 30 mil toneladas para cima ou para baixo. Já a produção de zinco do ano passado teve queda de 16%, a 938,5 mil toneladas. A previsão era de cerca de 945 mil toneladas, com variação de 25 mil toneladas para cima ou para baixo.

O diretor executivo da Glencore, Gary Nagle, disse que, no geral, os volumes de produção de 2022 estavam alinhados com a orientação revisada de outubro de 2022, com aumentos sequenciais de produção do último trimestre entregues na maioria das principais commodities, incluindo cobre, zinco, níquel e carvão. Ao longo do ano, porém, observamos um desempenho geral misto da produção.

Os volumes de cobre e zinco refletem o efeito base das vendas de ativos (principalmente



Glencore: os volumes de cobre e zinco refletem o efeito base das vendas de ativos (Ernest Henry e Bolívia) e as restrições geotécnicas de Katanga

Ernest Henry e Bolívia), as restrições geotécnicas de Katanga e os ventos contrários da cadeia de suprimentos no Cazaquistão. Os volumes de níquel se beneficiaram da operação de duas linhas em Koniambo durante a maior parte do ano, parcial-

mente compensados pela ação industrial canadense.

“Os volumes globais de carvão aumentaram durante o ano com a aquisição, em janeiro de 2022, do saldo de Cerrejón que ainda não detínhamos, no entanto, numa base compará-

vel, a produção do Grupo diminuiu quase 9 milhões de toneladas (7%), principalmente devido ao clima anormalmente úmido”.

Os preços médios de liquidação do carvão de Newcastle (NEWC) para 2022 foi de US\$ 360/t. Depois de aplicar

um ajuste de mix de portfólio de US\$ 115/t para refletir, por exemplo, movimentos na precificação de carvões de qualidade não-NEWC, margens de carvão de coque e o efeito defasado dos contratos de preço fixo JPU de 2021, um preço realizado

equivalente térmico médio de c. US\$ 245/t podem ser aplicados em todos os volumes de vendas de carvão.

A produção própria de cobre de 1.058.100 toneladas foi 137.600 toneladas (12%) inferior a 2021, devido à mudança de base decorrente da venda de Ernest Henry em janeiro de 2022 (44.800 toneladas), as restrições geotécnicas em curso em Katanga (44.300 toneladas), mudanças planejadas na sequência de mineração (26.100 toneladas) e uma menor contribuição do Monte Isa (21.000 toneladas).

A produção própria de cobalto de 43.800 toneladas foi 12.500 toneladas (40%) superior a 2021, após o reinício de Mutanda no quarto trimestre de 2021.

A produção própria de zinco de 938.500 toneladas foi 179.300 toneladas (16%) inferior a 2021, refletindo a alienação / cessação das operações na América do Sul (83.400 toneladas), fechamento de Mategami (30.100 toneladas) e volumes menores do Monte Isa (39.600 toneladas), enquanto Lady Loretta se aproxima do fim da vida.

A produção própria de níquel de 107.500 toneladas foi 5.200 toneladas (5%) superior a 2021, refletindo a grande manutenção programada de Murrin Murrin no ano anterior e Koniambo executando duas linhas de produção na maior parte de 2022, parcialmente compensada pela menor produção em INO devido à greve no Canadá e na Noruega.

INVESTIMENTOS

BridgeWise anuncia aporte de US\$ 13 milhões este mês

A BridgeWise, com sede em Tel Aviv, anteriormente conhecida como Deshe Analytics, anunciou nova rodada de US\$ 13 milhões liderada pelo Grupo 11. Outros participantes da rodada incluem a L4 Venture Builder, fundo de investimentos formado pela B3, a bolsa de valores do Brasil, cujo investimento ainda depende de aprovação de reguladores locais, Mangrove VC, além de investidores privados adicionais. Este financiamento visa ampliar a missão da empresa de tornar as ferramentas de pesquisa de ponta para investimento em bolsas de valores acessíveis a qualquer pessoa, usando IA generativa.

“Preenchemos a lacuna para permitir que qualquer tipo de investidor - institucional ou de varejo - entenda sua posição no mercado, em qualquer tipo de ação, em qualquer idioma, de maneira profissional, mas simplificada”, diz Dor Eligula, cofundador e diretor de negócios da BridgeWise.

Hoje, a maior parte da cobertura de pesquisa em equity se concentra em ações de grandes empresas, as chamadas blue chips, a um preço fora do alcance da maior parte dos investidores. Na maioria dos casos, as ações menores não são cobertas pelos analistas, e quando são, a qualidade de qualquer informação sobre elas é ruim. Além disso, os conflitos de interes-

ses seguem prevalecendo nos mercados financeiros e há a barreira do idioma, com as análises sendo feitas apenas em inglês, o que dificulta para investidores de outros países.

A BridgeWise aborda esses desafios que historicamente limitaram a acessibilidade à pesquisa de alta qualidade. Fundada em 2019, a empresa usa algoritmos de IA para analisar mais de 44 mil empresas de capital aberto em todo o mundo, gerando relatórios de pesquisa e recomendações detalhadas de compra / venda / hold em uma fração do tempo que levaria um analista a executar a mesma recomendação.

A BridgeWise foi fundada por Gabriel Diamant, CEO; os irmãos Dor e Or Eligula, CBO e COO, respectivamente; e Mor Hazan, vice-presidente de Produto.

“Depois de vender nossa startup anterior, nós nos propusemos a resolver um problema significativo. Administramos por algum tempo um fundo de hedge lucrativo que, consistentemente, se classificou no topo das categorias neutras do mercado quando a pandemia de Covid-19 começou. Muitos traders perderam economias de uma vida inteira como resultado de más escolhas de investimento nesse período. Com nossas análises, nosso fundo se manteve lucrativo. Naquela época, nossa visão começou a tomar forma. Ao simplesmente perceber

que chegou o momento de retornar à análise como fundamento para investimento, reconhecemos a importância de nossa missão - reduzir a falta de informações e ampliar a instrução sobre finanças”, afirma Diamant.

A equipe logo percebeu que as ferramentas algorítmicas desenvolvidas para o fundo de hedge serviam a uma visão maior: eliminar a barreira do conhecimento para os traders em escala global. Desde então, a BridgeWise expandiu para 35 funcionários e mais de 1 milhão de usuários nos cinco continentes. Os principais clientes da BridgeWise são consultores financeiros, gerentes de investimentos e pequenas e médias empresas (PMEs). Certos clientes de varejo também recebem acesso por meio de suas plataformas de corretagem on-line.

Dor Eligula destacou a amplitude da cobertura como um diferencial primário - em um mundo onde 90% das ações não têm cobertura de analistas, a BridgeWise cobre tudo. “Quase não temos pontos cegos”, diz Eligula. “Qualquer que seja a ação que uma pessoa queira pesquisar, seja uma ação blue chip como a Apple ou de uma pequena empresa em um mercado emergente, é possível fazê-lo com o clique de um botão”.

Outras vantagens competitivas são gerar pesquisas na língua nativa de cada usuário

e sem viés. “A análise da BridgeWise é imparcial e impulsionada apenas por dados”, acrescentou Eligula. “O investidor médio não conhece os interesses dos analistas que escrevem relatórios de pesquisa sobre ações. Com nossos relatórios, ele sabe que não há nenhum.”

Dovi Frances, sócio-fundador da fintech de capital de risco Group 11, afirma que a plataforma da BridgeWise provou ser de grande valor para qualquer instituição financeira global que se interesse por seus clientes - seja aprimorando as capacidades de departamentos de pesquisa de grandes bancos ou promovendo um salto astronômico em termos de fornecimento de ferramentas que permitem que seus clientes em qualquer país tomem decisões assertivas em relação aos seus investimentos. “Os dados recebidos de clientes que implementaram a tecnologia da BridgeWise apresentam uma imagem clara de uma solução disruptora da análise de equity como a conhecemos hoje. Será fascinante ver o impacto que a BridgeWise fará nesta indústria no futuro e, na minha opinião, a promessa que a empresa traz ao mercado é nada menos do que revolucionária. Acreditamos que as soluções da BridgeWise podem ser usadas em departamentos de negociação de todos os grandes bancos em todo o mundo”, finaliza.

BOLETIM

Vagas de emprego de TI cresceram mais de 120%

É comum ler ou ouvir que o mercado de trabalho em tecnologia da informação, mais conhecido como TI, está superaquecido, com vagas sobressalentes e até mesmo escassez de profissionais. Porém, para poder entender como é a real situação desse cenário no Brasil, a Assespro-PR fez um levantamento do comportamento desse mercado nos últimos dez anos, entre 2011 e 2021.

O boletim apresenta a evolução do número de empregos formais ou vínculos ativos, no Brasil e no Paraná, no período de 2011 a 2021, no ramo de Serviços em TI, servindo-se de dados apresentados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia. Para a análise, levaram-se em consideração o número de empregos e estabelecimentos ativos e a quantidade gerada de vagas com base no tamanho do estabelecimento.

Em 2021, o número de vínculos ativos em serviços de TI no Brasil foi de 632 mil empregos, com São Paulo liderando o ranking na geração de emprego por estado, concentrando 42%, seguido de Minas Gerais (9%), Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com 7%, e Santa Catarina, com 6%.

Já o Paraná se posicionou em sexto lugar entre as UFs, com cerca de 39 mil empregos, o que corresponde a 6% do total nacional. A capital Curitiba concentrou 50% do emprego, com aproximadamente 20 mil postos, seguida de Maringá (13%) e Londrina (10%), e tendo

em Ponta Grossa a maior taxa de crescimento de emprego (36%) no período 2020-2021.

Em relação ao número de empresas por estado, novamente São Paulo concentrou a mesma proporção da quantidade de empregos (42%), com 117 mil estabelecimentos, bem como Minas Gerais (9%), com 26. O Paraná, porém, saltou para terceiro lugar, com cerca de 23 mil estabelecimentos, 8% do total nacional, o que indica que no estado existe uma tendência de empreendedorismo por parte de pessoas ligadas a TI, com empreendimentos de menor porte, porém mais pessoas apostando em abrir suas empresas.

Esse número pode ser corroborado pela média nacional de lugares com cem ou mais empregados, que ficou na faixa dos 64%, enquanto que no Paraná esse número foi de 57% do emprego no ramo.

Mais do que entender o tamanho do mercado de empregos em TI, é fundamental entender como foi a evolução desse cenário, especialmente levando-se em consideração as mudanças impostas pela pandemia, em termos de oportunidades e até mesmo na modalidade de trabalho.

Tanto no Paraná quanto no Brasil, as taxas de crescimento do emprego no ramo de Serviços em TI (119% e 76%, respectivamente) foram entre nove e dez vezes maiores que as registradas para o total da economia (13% e 7%) na década, com o Paraná apresentando 43 p.p. superior à média nacional.

AQUISIÇÕES

Lucro da Mondelez recuou para US\$ 583 milhões no 4º trimestre

A empresa afirmou que o aumento de dois dígitos nas vendas foi provocado pelos reajustes de preços e compra de negócios

A fabricante de alimentos Mondelez Internacional, dos Estados Unidos, obteve lucro líquido de US\$ 583 milhões, ou US\$ 0,42 por ação, no quarto trimestre do ano passado, informou na terça-feira (31) a companhia, depois do fechamento do mercado. O resultado representa queda de 42% ante igual período de 2021, quando a companhia lucrou US\$ 1 bilhão, ou US\$ 0,71 por ação. Em termos ajustados, o lucro aumentou 9,9% considerando câmbio constante, para US\$ 0,73 por ação. A receita líquida cresceu 13,5%, de US\$ 7,66 bilhões para US\$ 8,695 bilhões. Analistas consultados pela FactSet esperavam lucro ajustado de US\$ 0,70 por ação e receita de US\$ 8,33 bilhões.

A Mondelez disse em comunicado que o aumento de dois dígitos nas vendas do quarto trimestre refletiu preços mais altos e maiores volumes, além das receitas geradas pelos negócios adquiridos recentemente, como Chipita, Clif Bar e Ricolino.

As vendas orgânicas aumentaram 15,4% no 4º trimestre de 2022, disse a companhia. Essas vendas cresceram 19,5% na América do Norte, 37,1% na América Latina, 13,6% na região Ásia, Oriente Médio e África, e 8,7% na Europa.

Para 2023, a companhia espera crescimento orgânico da receita entre 5%

e 7%. Já a estimativa de crescimento do lucro por ação ajustado é de uma faixa entre 7% e 9%, considerando câmbio constante. A projeção de geração de caixa livre é de US\$ 3,3 bilhões ou mais.

A Mondelez informou também que o conselho de administração aprovou um novo programa de recompra de ações, que autoriza a recompra de até US\$ 6 bilhões em ações da companhia. A autorização é válida até 31 de dezembro de 2025.

“Nossos resultados de 2022 demonstram a força e a diversificação de nosso portfólio à medida que entregamos um crescimento amplo em termos de regiões, categorias e marcas. Tivemos um forte crescimento também do lucro bruto em dólares, impulsionado pela expansão da receita de dois dígitos suportado

por preços e volume, permitindo geração robusta de fluxo de caixa e retorno significativo de capital para os acionistas. Esses resultados foram enfatizados pela força contínua em mercados emergentes e desenvolvidos, bem como contribuições sólidas de nossos negócios adquiridos recentemente”, disse Dirk van de Put, presidente da Mondelez. Ele afirmou que a empresa fez progressos significativos na estratégia de acelerar o crescimento e focar o portfólio nas atraentes e resilientes categorias de chocolate, biscoitos e salgadinhos assados, enquanto continuou investindo em nas marcas e na capacidade de expansão. “Também continuamos a oferecer forte execução de mercado em meio a condições operacionais desafiadoras e volatilidade macroeconômica contínua.”

O lucro por ação diluído foi de US\$ 0,42, queda de 40,8%, principalmente devido ao impacto da questão jurídica da Comissão Europeia, impactos ano a ano desfavoráveis de marcação a mercado de derivativos de moeda e commodities, custos de reestruturação mais baixos, custos de integração de aquisição mais altos e contraprestação contingente, parcialmente compensados por um aumento no EPS ajustado e recuperações de incidentes de malware de 2017.

O lucro por ação ajustado foi de US\$ 0,73, um aumento de 9,9% em moeda constante, impulsionado por fortes ganhos operacionais e menos ações em circulação, parcialmente compensados por impostos mais altos, maiores despesas com juros e menor receita de investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

O retorno de capital do programa de recompra de ações devolveu US\$ 0,7 bilhão aos acionistas em dividendos em dinheiro e recompras de ações. O Conselho de Administração também aprovou um novo programa que autoriza a recompra de até US\$ 6,0 bilhões de ações ordinárias Classe A até 31 de dezembro de 2025. Esta autorização do programa de recompra de ações substitui a autorização existente.

Para 2023, a empresa espera um crescimento da receita líquida orgânica de 5% a 7%.

CONTROLE DE PREÇOS

Copom mantém a taxa Selic em 13,75% ao ano

Apesar da alta recente na inflação, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 13,75% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

A taxa continua no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano. Essa foi a quarta vez seguida em que o BC não mexe na taxa, que permanece nesse nível desde agosto. Anteriormente, o Copom tinha elevado a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

De março a junho de 2021, o Copom elevou a taxa em 0,75 ponto percentual em cada encontro. No início de agosto do mesmo ano, o BC passou a aumentar a Selic em 1 ponto a cada reunião. Com a alta da inflação e o agravamento das tensões no mercado financeiro, a Selic foi elevada em 1,5 ponto de outubro de 2021 até fevereiro de 2022. No ano passado, o Copom promoveu dois aumentos de 1 ponto, em março e maio, e dois aumentos de 0,5 ponto, em junho e agosto.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para

manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 2022, o indicador fechou em 5,79%. Desde o fim do ano passado, a inflação vem subindo por causa da alta do preço dos alimentos e da reversão parcial das desonerações sobre os combustíveis.

O índice fechou o ano passado acima do teto da meta de inflação. Para 2022, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 5% nem ficar abaixo de 2% no ano passado. Para 2023, a meta de inflação está em 3,25%, também com margem de 1,5 ponto percentual, o que garantiria um intervalo entre 1,75% e 4,75%.

No Relatório de Inflação divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária estimava que o IPCA fecharia 2023 em 5% no cenário base. A projeção, no entanto, pode ser revista na nova versão do relatório, que será divulgada no fim de março.

As previsões do mercado estão menos otimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 5,74%. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 5,31%.

A elevação da taxa Selic ajuda a controlar a inflação. Isso porque juros maiores encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais altas dificultam a recuperação da economia. No último Relatório de Inflação, o Banco Central projetava crescimento de 1% para a economia em 2023.

Dirk van de Put: “nossos resultados demonstram a força e a diversificação de nosso portfólio”



Reprodução

Coneção

conexao@diariocomercial.com.br

Instagram: @coluna.conexao

POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

Fiesp promove encontro com Haddad



A semana começou com um importante encontro realizado na segunda-feira (30) na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O presidente da instituição paulista, Josué Gomes, liderou reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Além de empresários, o encontro contou com a presença do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe e do presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb). Em pauta, questões cruciais para o desenvolvimento como a melhoria do ambiente de negócios para o crescimento sustentável e o processo de reindustrialização do país. Haddad falou ainda sobre a necessidade de aprovar a reforma tributária e o novo arcabouço fiscal, além de produzir medidas para melhorar o sistema de crédito do país.

ABM e FNP celebram criação de Conselho da Federação

A Associação Brasileira de Municípios (ABM) e a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) celebraram o anúncio do ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, da criação do Conselho da Federação, realizado no último dia 27, após reunião com os governadores. A instância permanente de diálogo entre União, com a presença do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, governadores e municípios era um pleito das duas entidades.

Freixo se reúne com o Conselho de Turismo da ACRJ

O Conselho Empresarial de Turismo da Associação Comercial do Rio de Janeiro promoveu na segunda-feira reunião com o novo presidente da Embratur, Marcelo Freixo. O ex-candidato ao governo do estado do Rio escolheu a cidade maravilhosa para ter sua primeira reunião com o trade pela importância da cidade e do estado na recuperação e no incremento do turismo brasileiro.

Levantamento aponta ano marcado pelo avanço da energia renovável no país

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica divulgou levantamento que mostra que 2022 foi marcado pelo avanço da energia renovável no Brasil. O país ultrapassou 92% de participação de usinas hidrelétricas, eólicas, solares e de biomassa no total gerado pelo Sistema Interligado Nacional, o maior percentual em 10 anos. “Este é o resultado de uma matriz energética diversificada, característica que nos coloca à frente de quase todos os outros países. Além de ser um ganho imensurável para o meio ambiente, essa característica nos traz uma série de oportunidades em novos mercados, como o de créditos de carbono e de hidrogênio renovável, que vão gerar benefícios para a sociedade nos próximos anos”, avalia Rui Altieri, presidente do Conselho de Administração da CCEE (foto).



Primeiro Café com Embaixador, da Fecomércio-DF, tem representante do Marrocos

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF) realizou na quinta-feira passada (26) o primeiro Café com Embaixador de 2023, que reuniu no auditório da sede da entidade, na capital federal, o representante do Marrocos, Nabil Adghoghi, instituições e empresas de fomento da cultura de internacionalização de negócios do Brasil. O encontro recebeu jovens empresários brasileiros que despontam no mercado nacional e internacional para apresentarem seus cases de sucesso. Participaram do evento integrantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), dos Correios, da Secretaria de Relações Internacionais do Distrito Federal e da Câmara de Comércio Brasil-Oriente.

Sindigraf-DF elege diretoria para o triênio 2023-2026

O Sindicato das Indústrias Gráficas do Distrito Federal (Sindigraf-DF) reelegeu na segunda-feira João Batista Alves dos Santos para a presidência da entidade, com mandato até 2026. O presidente e a nova diretoria serão empossados em março. A eleição foi realizada na sede do sindicato, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), com chapa única. “Vou dar continuidade aos trabalhos feito pelos ex-presidentes Pedro Henrique Verano e Antônio Eustáquio, buscando soluções para apoiar o segmento da indústria gráfica, que passa por grandes mudanças e que tem se reinventado para atender às necessidades do mercado”, afirma João Batista, que é presidente do Sindigraf-DF desde abril de 2022.

Assembleia Geral da AMIG tem votação e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

A Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) realizou, nesta terça-feira (31), Assembleia Geral para eleição e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o biênio 2023/2025. Eleito em chapa única, o prefeito de Conceição do Mato Dentro (MG), José Fernando Aparecido de Oliveira, foi reeleito presidente da entidade. Os presentes também conheceram a agenda prioritária e o plano de metas da entidade.



PARCERIA

Líderes fazem pacto para acabar com a Aids em crianças até 2030

A meta é garantir que todos os menores com HIV tenham acesso a tratamento e que as mães soropositivas tenham bebês sem a doença nos próximos anos

Ministros e representantes de 12 países africanos fizeram um compromisso e traçaram planos para acabar com a Aids infantil até 2030. Na lista encontram-se Angola e Moçambique. Atualmente, em todo o mundo, um menor morre de causas relacionadas à doença a cada cinco minutos.

A Declaração de Dar-es-Salaam sobre o fim da Aids em crianças foi endossada por unanimidade, na Tanzânia, na primeira reunião ministerial da Aliança Global para acabar com a Aids infantil.

A meta é garantir que todos os menores com HIV tenham acesso a tratamento e que as mães soropositivas tenham bebês sem HIV eliminando a chamada transmissão vertical.

Os países com alta carga de HIV que aderiram à aliança na primeira fase são: Angola, Camarões, Cote d'Ivoire ou Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Quênia, Moçambique, Nigéria, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

A Aliança, criada em julho de 2022, trabalhará para impulsio-



Aids: apenas metade das crianças que vivem com HIV estão em tratamento para salvar vidas, muito atrás dos adultos, dos quais três quartos recebem ajuda

nar o progresso nos próximos sete anos, para garantir que a meta de 2030 seja cumprida. Na reunião, parceiros internacionais definiram como apoiariam os países no cumprimento desses planos.

Em parceria com redes de

pessoas vivendo com HIV e líderes comunitários, os ministros apresentaram seus planos de ação para ajudar a encontrar e fornecer testes a mais mulheres grávidas e encaminhá-las para tratamento. Os planos também envolvem encontrar e cuidar

de bebês e crianças vivendo com HIV.

Apenas metade das crianças que vivem com HIV estão em tratamento para salvar vidas, muito atrás dos adultos, dos quais três quartos estão recebendo antirretrovirais.

Em 2021, 160 mil crianças adquiriram HIV. Elas representaram 15% de todas as mortes relacionadas à Aids, apesar do fato de que apenas 4% do número total de pessoas vivendo com HIV são crianças. O trabalho será centrado em

quatro pilares: testes precoces e tratamento e cuidados ideais para bebês, crianças e adolescentes; fechar a lacuna de tratamento para mulheres grávidas e lactantes vivendo com HIV, para eliminar a transmissão vertical, prevenção de novas infecções por HIV entre adolescentes e mulheres grávidas e lactantes e abordar os direitos, a igualdade de gênero e as barreiras sociais e estruturais que dificultam o acesso aos serviços.

A diretora executiva do Programa Conjunto da ONU sobre HIV/Aids, Unaids, disse que os líderes estabeleceram o compromisso com a ação necessária para corrigir a desigualdade das crianças que vivem com HIV.

Winnie Byanyima reforça que "nenhum bebê precisa nascer com HIV ou ser infectado durante a amamentação, e nenhuma criança vivendo com HIV precisa ficar sem tratamento".

Já o Fundo das Nações Unidas para Infância, Unicef, prometeu apoio. A diretora associada do Unicef, Anurita Bain declarou que "toda criança tem direito a um futuro saudável e promissor, mas para mais da metade das crianças que vivem com HIV, esse futuro está ameaçado".

No mundo, 16 países e territórios já foram certificados para validação da eliminação da transmissão vertical do HIV e/ou sífilis.

No ano passado, Botswana foi o primeiro país africano com alta prevalência de HIV a ser validado como estando no caminho para eliminar a transmissão vertical do HIV.

Isso significa que o país teve menos de 500 novas infecções por HIV entre bebês por 100 mil nascimentos. A taxa de transmissão vertical no país era de 2% contra 10% há uma década.

REFINANCIAMENTO

Tesouro dos EUA mantém o volume de vendas de títulos

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos informou na quarta-feira que venderá US\$ 96 bilhões em títulos na próxima semana, como parte de uma operação de refinanciamento trimestral. O volume é igual ao implementado na última atualização, de novembro, em meio às incertezas relativas ao teto da dívida norte-americana.

Em comunicado, o Tesouro reafirmou que as medidas extraordinárias para garantir o financiamento do governo devem ser suficientes até pelo menos junho. Desde o mês passado, o Tesouro tem utilizado esses procedimentos temporários para contornar o teto da dívida americana.

"Embora não sejamos capazes de fornecer uma estimativa de quanto tempo as medidas extraordinárias nos permitirão continuar a pagar as obrigações do governo, é improvável que o caixa e as medidas extraordinárias se esgotem antes do início de junho", destaca a nota.

Ainda de acordo com o Tesouro, as vendas dos títulos serão usadas para reembolsar aproximadamente US\$ 67,1 bilhões em notas e títulos privados do Tesouro com vencimento em 15 de fevereiro de 2023. O órgão acredita que os tamanhos atuais de emissão o deixam bem posicionado para atender a uma série de possíveis necessidades de empréstimos.

Os leilões serão de US\$ 40 bilhões em T-notes de 3 anos, na próxima terça-feira, 7; US\$ 35 bilhões em T-notes de 10 anos na quarta-feira, 8; e US\$ 21 bilhões em T-bonds de 30 anos na quinta-feira, 9.

"Até que o teto da dívida seja suspenso ou aumentado, as restrições relacionadas ao limite da dívida levarão a uma



Tesouro: as medidas para garantir o financiamento devem ser suficientes

variabilidade acima do normal na emissão de títulos de referência e ao uso significativo de CMBs", afirma o Tesouro, em referência a um tipo de título de curto prazo.

Para o BMO Capital Markets, a manutenção dos volumes trimestrais de vendas de títulos já era esperada. "Dado que estamos em meio a um impasse no teto da dívida, o Tesouro optou por permanecer firme e manter a máxima flexibilidade", explica.

Pela legislação norte-americana, o teto da dívida pública precisa ser elevado periodicamente pelo Congresso para que o governo consiga cumprir obrigações financeiras. Com o controle da Câmara dos Deputados, a oposição republicana ameaça não aumentar o limite se a Casa Branca se recusar a fazer concessões em sua agenda econô-

mica, como cortes de gastos.

Os investimentos de construção nos Estados Unidos caíram 0,4% entre dezembro e novembro, em taxa anual sazonalmente ajustada de US\$ 1,809 bilhão. O resultado ficou abaixo da expectativa de estabilidade de analistas consultados pelo The Wall Street Journal. O dado de novembro foi revisado para cima, de US\$ 1,807 bilhão a US\$ 1,817 bilhão, informa o órgão.

A abertura de postos de trabalho nos Estados Unidos também subiu para 11,012 milhões em dezembro de 2022. O número de novembro do ano passado foi ligeiramente revisado para baixo, de 10,458 milhões para 10,440 milhões.

O FBI realizou na quarta-feira uma busca na casa de férias do presidente dos EUA, Joe Biden, em Rehoboth Beach,

no Estado de Delaware, disse o advogado pessoal do presidente.

A busca, como pelo menos duas outras realizadas em endereços associados a Biden, é feita com a cooperação do presidente e sua equipe jurídica. Não ficou claro se algum documento foi recuperado na casa de praia.

"Hoje (quarta), com total apoio e cooperação do presidente, o Departamento de Justiça dos EUA (D.O.J.) está conduzindo uma busca planejada em sua casa em Rehoboth", disse Bob Bauer, advogado pessoal de Biden, em comunicado. "De acordo com os procedimentos padrão do D.O.J., no interesse da segurança e integridade operacional, ele procurou fazer este trabalho sem aviso público prévio e concordamos em cooperar."

Bauer acrescentou que forneceria "mais informações na conclusão da busca".

A ação do FBI é a mais recente de uma série de revelações de que Biden - que criticou duramente o ex-presidente Donald Trump pelo manuseio incorreto de arquivos confidenciais do governo - manteve materiais que deveriam ter sido devolvidos aos Arquivos Nacionais depois que ele deixou o cargo em janeiro de 2017.

Um porta-voz do Departamento de Justiça não fez comentários.

Na terça-feira, os meios de comunicação, incluindo o The New York Times, informaram que o FBI havia conduzido uma busca semelhante em um think tank de Washington, o Penn-Biden Center, em meados de novembro, depois que os assessores do presidente descobriram um pequeno esconderijo de documentos classificados naquele mês.

RETALIAÇÃO

Pior atentado da década no Paquistão foi apenas represália por ação policial

O ataque que deixou ao menos 100 mortos em uma mesquita do Paquistão na segunda-feira, 30 - o pior da última década no país - foi uma retaliação às operações da polícia local contra grupos armados islâmicos, informou o chefe da instituição. O ataque aconteceu em uma mesquita dentro do quartel-general da polícia de Peshawar, capital da província de Khyber Pakhtunkhwa, e foi inicialmente reivindicado pelo Taleban paquistanês, conhecido como Tehreek-e-Taliban Pakistan (TTP).

No momento da explosão, entre 300 a 400 pessoas, em sua maioria agentes das forças de segurança, estavam reunidos na mesquita para as tradicionais orações do meio-dia. O centro religioso ficava em uma área bastante vigiada por concentrar, além da sede da polícia da cidade, outros escritórios importantes do governo como tribunais, residências oficiais e a Assembleia Provincial.

Parte do teto da mesquita e de seus muros ficaram desmoronados, e sobreviventes foram resgatados dos escombros. Segundo o último balanço oficial, 100 pessoas morreram e 221 ficaram feridas, a maior parte policiais.

"Estamos na linha de frente e é por isso que fomos atacados", disse à France-Presse Muhammad Ijaz Khan, chefe da polícia de Peshawar, no Noroeste do Paquistão. "O objetivo é nos desmoralizar como força policial", afirmou.

Segundo o chefe da polícia da província de Khyber Pakhtunkhwa, Moazzam Jah Ansari, o ataque foi realizado por um homem-bomba que conseguiu entrar na mesquita carregando entre 10 a 12 quilos de "pequenos explosivos".

A 50 quilômetros da fronteira com o Afeganistão, Peshawar tem sido palco de algumas das piores violências já vistas no Paquistão nos últimos anos. Desde que o Taleban voltou ao poder em Cabul em agosto de 2021, após a retirada das tropas americanas, ataques contra patrulhas e delegacias de polícia e bloqueios de estradas aumentaram significativamente em Peshawar e em áreas tribais ao redor da cidade.

Além do tentáculo do Taleban no Paquistão, alguns ataques foram obra também do El-K, braço regional do grupo jihadista Estado Islâmico.

Na terça-feira, corpos ainda eram retirados dos escombros da mesquita. As equipes de resgate usaram câmeras e aparelhos de escuta para tentar localizar os sobreviventes. Dezenas de policiais mortos no ataque já foram enterrados em cerimônias solenes, com caixões enfeitados com a bandeira do Paquistão.

"Fiquei preso sob os escombros com um cadáver em cima de mim por sete horas. Perdi todas as esperanças de sobrevivência", disse Wajahat Ali, um policial de 23 anos que agora está hospitalizado.

Logo após a tragédia na segunda-feira, Omar Mukaram Khorasani - membro do conselho do TTP e líder do Jamaat-ul-Ahrar, um dos braços do grupo terrorista - reivindicou o ataque. Segundo ele, o atentado foi uma retaliação ao assassinato do então líder do Jamaat-ul-Ahrar no Afeganistão, Omar Khalid Khorasani, por agentes de segurança no ano passado.

No entanto, o porta-voz oficial do TTP, Mohammad Khorasani, negou que o atentado tenha sido cometido pelo grupo, alegando que não faz parte da sua política ter mesquitas e outros templos religiosos como alvos.

RECONDUÇÃO

Rodrigo Pacheco conquista 49 votos e consagra sua reeleição ao Senado

O presidente do Senado afirmou que os brasileiros precisam voltar a divergir civilizadamente, reconhecer com absoluta sobriedade quando derrotados e precisam respeitar a autoridade pública

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi reeleito para comandar a Casa pelo próximo biênio. Com apoio de 49 senadores - 8 a mais do que os 41 necessários -, o parlamentar derrotou o bolsonarista Rogério Marinho (PL-RN), que recebeu 32 votos.

Pacheco sempre foi favorito na disputa, mas desde a última semana o governo e até o Judiciário entraram na campanha para reforçar sua recondução ao cargo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva escalou ministros do governo para negociar nos bastidores e prometeu liberar cargos de segundo e terceiro escalão que vem sendo pleiteados por parlamentares - há reclamações recorrentes de que o PT travou as indicações.

A reportagem também já mostrou que o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes telefonou a senadores e pediu pela reeleição de Pacheco, apelando a um discurso sobre a "manutenção da democracia".

Pacheco foi eleito ao comando do Senado pela primeira vez em 2019, pelas mãos de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Aliado, o senador foi colocado em uma posição de destaque na primeira gestão do mineiro, na presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Agora, contudo, a intenção de Pacheco em manter a distri-



Rodrigo Pacheco: "o discurso de ódio, o discurso mentiroso, o discurso golpista deve ser desestimulado, desmentido e combatido. Lideranças políticas sabem disso"

buição de forças no Senado tem incomodado os pares.

O senador também se desgastou com sua proximidade do Judiciário, que derrubou em dezembro o orçamento secreto, apesar de apelos pessoais de Pacheco a cada ministro do STF. Isso chegou a ser usado como "plataforma de campanha" de Marinho, que se pautou em um discurso de defesa dos parlamentares e dos interesses da Casa.

Pela frente, agora, o advo-

gado mineiro Rodrigo Pacheco tem o desafio de se equilibrar para presidir um Senado claramente dividido, com uma oposição forte - o que ficou demonstrado pelo tamanho da votação em Marinho -, em um ano que começou marcado por ataques aos Três Poderes.

O senador e ex-juiz Sergio Moro foi um dos primeiros a abraçar Rodrigo Pacheco após o resultado da eleição à Presidência da Casa. O ex-juiz da Lava-Jato anunciou na terça-feira apoio a

candidatura do seu adversário no pleito, Rogério Marinho (PL-RN). Moro disse que a escolha era por oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em seu pronunciamento após a recondução ao cargo, Pacheco condenou o que chamou de "polarização tóxica" vigente no Brasil. Atribuiu a ela os atos terroristas na Esplanada dos Ministérios em 8 de janeiro e afirmou que tais acontecimentos "não podem e não vão se repetir".

"Os brasileiros precisam voltar a divergir civilizadamente, precisam reconhecer com absoluta sobriedade quando derrotados e precisam respeitar a autoridade das instituições públicas. Só há ordem se assim o fizerem. Só há patriotismo se assim o fizerem", disse presidente reeleito. Em seguida, Pacheco atribuiu à classe política a responsabilidade de combater práticas antidemocráticas.

"O discurso de ódio, o dis-

curso mentiroso, o discurso golpista deve ser desestimulado, desmentido e combatido. Lideranças políticas que possuem compromisso com o Brasil sabem disso. Lideranças políticas que possuem compromisso com o futuro do Brasil não podem se omitir nesse momento", disse. "E o recado que o Senado Federal dá ao Brasil agora é que manteremos a defesa intransigente da democracia".

Girão afirmou que o Senado está "desmoralizado" e atribuiu isso à "sobreposição de um Poder sobre o outro". O senador do Podemos é conhecido por criticar constantemente ministros do Supremo Tribunal Federal e pedir a abertura de processo de impeachment contra alguns deles. Ao final do seu discurso, anunciou a retirada da candidatura e o apoio a Rogério Marinho.

Já Pacheco destacou a aprovação de vários projetos em defesa das mulheres e também no combate ao racismo durante seu mandato. Também lembrou a criação da liderança da oposição e a aprovação de projetos de interesse social urgente, como a aprovação do aumento do Auxílio Brasil e a redução do preço dos combustíveis. Citou também o arquivamento de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) prejudiciais ao governo da época e que "contaminariam o processo eleitoral".

INTOLERÂNCIA

Rosa Weber critica atos golpistas e os chama de invasão criminosa

A ministra Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), fez dura fala contra discurso de ódio e intolerância, na abertura do ano judiciário. A ministra chamou os atos que resultaram na depredação das sedes dos três Poderes de "invasão criminosa de turba insana" e advertiu que, apesar de os três pilares da democracia terem sido alvo de "ataque golpista e ignóbil", os vândalos "não destruíram o espírito da democracia".

"Que os inimigos da liberdade saibam que no solo sagrado deste Tribunal o regime democrático, permanentemente cultuado, permanece inabalável. Frustrado restou o real objetivo dos que assaltaram as instituições democráticas: o ultraje só poderia resultar, como resultado, no enaltecimento da dignidade da Justiça, e no fortalecimento do valor insubstituível do princípio democrático, jamais no aviltamento do Poder Judiciário", afirmou.

Ela ainda ressaltou que "nem pela barbárie" os juízes serão intimidados e reiterou que o estado democrático "nunca é uma obra completa". De acordo com a ministra, a democracia, por ser plural, pressupõe "diálogo constante" e "tolerância com diferenças".

A presidente do STF salientou que os ataques golpistas de 8 de janeiro tiveram um resultado oposto ao que desejavam os manifestantes. Segundo ela, o objetivo dos que assaltaram as instituições democráticas foi frustrado. "O ultraje só poderia resultar, como resultado, no enaltecimento da dignidade da Justiça, e no fortalecimento do valor



Rosa: "o ultraje só poderia resultar, como resultado, no enaltecimento da Justiça"

insubstituível do princípio democrático, jamais no aviltamento do Poder Judiciário", disse.

Segundo a ministra, logo após os ataques, houve intensa repulsa e irrestrita a solidariedade de todos, de autoridades e até a sociedade civil, já nas primeiras horas que se seguiram à violência criminosa. O ato, de acordo com ela, reforçou a união dos Poderes e manteve inabalados os valores superiores da Justiça e da democracia. "Já se disse que o ser humano não é feito para a derrota. À lembrança da travessia da Praça dos Três Poderes que fiz no dia seguinte aos hediondos ataques, desde o Palácio do Planalto até esta Suprema Corte, a convite

e na companhia do Presidente da República, de Ministros da Casa e de representantes do Congresso Nacional e 7 dos 27 entes federativos, sublinho que a Justiça também não é feita para a derrota", recordou.

Rosa Weber destacou que a Justiça não é feita da argamassa ou os tijolos de seus prédios. "As instalações físicas de um Tribunal podem até ser destruídas, mas a elas sobrepõe-se e se mantém incólume -, a instituição Poder Judiciário em seu elevado mister de dizer e tornar efetivo o Direito, viabilizando a vida em sociedade, realizando o valor Justiça", destacou.

A presidente do Supremo continuou dizendo que os agres-

sores não sabiam que o prédio do STF, "na leveza de suas linhas e na transparência de seus vidros", enquanto símbolo da democracia constitucional é "absolutamente intangível à ignorância crassa da força bruta". "De todo inútil, para o que perseguíamos, a destruição do patrimônio físico da Suprema Corte, que na verdade é patrimônio do povo brasileiro, é patrimônio da humanidade".

Rosa afirmou que a inspiração que anima as estruturas concebidas por Niemeyer, assim como os valores que informam a atividade jurisdicional da Casa, jamais serão atingidos ou subjulgados pela barbárie. "Nem pela barbárie seus juízes se sentirão intimidados", garantiu.

A ministra deu um recado para os que foram "consumidos pela fogueira da irracionalidade, tangidos pelo pífido fanatismo ou dominados pelo fundamentalismo de sua triste visão de mundo". Segundo ela, essas pessoas distorcem maliciosamente o conceito de liberdade e o próprio sentido das palavras.

Rosa disse que seria inútil o desejo de "destruir mil vezes" o Supremo Tribunal Federal. "Mil e uma vezes reconstruíamos seu prédio, como fizemos agora, sem interromper um só instante o exercício da jurisdição, graças à tenacidade dos que respeitam as instituições e amam a democracia", assegurou. Ela comentou ainda que isso não desfigura, no entanto, a invasão criminosa nem ameniza o ataque covarde nunca antes perpetrado contra as instalações desta Suprema Corte seja ao longo do Império seja na República.

RECONSTRUÇÃO

Lula: STF é fundamental na luta contra as desigualdades

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na quarta-feira, 1º, durante cerimônia de abertura do ano judiciário no Supremo Tribunal Federal (STF), que a Suprema Corte é guardiã da luta de desigualdades onde quer que elas se manifestem. "O Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição e dos direitos fundamentais, é também guardião da dignidade de cada brasileira e de cada brasileiro, e um ator fundamental na luta contra as desigualdades, onde quer que elas se manifestem", afirmou. "Uma democracia para poucos jamais será uma verdadeira democracia", continuou.

O presidente citou como exemplos a decisão pela constitucionalidade da Lei de Cotas no acesso às universidades, da titulação das terras de comunidades quilombolas, da união estável entre pessoas homoafetivas, da pesquisa com células-tronco e da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. "Nenhuma daquelas decisões foi tomada sem debates profundos e muitas vezes acalorados na sociedade e no próprio colegiado, cobrando muitas vezes de ministros e ministros o preço da incompreensão, do preconceito e da contrariedade de interesses econômicos e políticos", disse.

Lula prometeu também que o Poder Executivo estará à disposição do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o diálogo e a construção de uma agenda institucional. "Renovando mais uma vez nosso compromisso com a democracia, tenho a mais absoluta certeza de que conseguiremos cumprir nossa missão", afirmou.

No discurso na cerimônia de abertura do ano judiciário no Supremo, o presidente Lula disse que, mais do que um plenário reconstruído após o ataque de 8 de janeiro, o que viu no local foi o destemor de ministros na defesa da Carta Magna brasileira. "Vejo a disposição inabalável de trabalhar dia e noite para assegurar que não haja um milímetro de recuo em nossa democracia", disse.

Lula recordou como encontrou a situação do prédio do STF no dia 8. "Me senti indignado ao visitar esta Casa na noite seguinte aos ataques terroristas", disse, acrescentando que levará para o resto da vida a indignação e o desejo maior de continuar a defender a democracia.

O chefe do Executivo garantiu que, assim como nos dois mandatos, a relação entre o Executivo Federal, a Suprema Corte e o Poder Judiciário terá como alicerce o respeito institucional. O povo brasileiro, segundo Lula, não quer conflitos entre as instituições e tampouco agressões, intimidações nem o silêncio dos poderes constituídos.

"O povo brasileiro quer e precisa, isso sim, de muito trabalho, dedicação e esforços dos Três Poderes no sentido de reconstruir o Brasil. Nossos reais inimigos são outros: a fome, a desigualdade, a falta de oportunidades, o extremismo e a violência política, a destruição ambiental e a crise climática", disse.

AMPLA APOIO

Lira tem reeleição recorde e reforça poder do Centrão

O deputado assume a condição de principal força política no Congresso com quem o governo Lula terá que manter diálogo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi reeleito na quarta-feira, 1º, para mais dois anos no cargo com a maior vantagem de votos na história desde a promulgação da Constituição. Foram 464 votos. Lira assume a condição de principal força política no Congresso com quem o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá que manter diálogo. Empoderado, o político alagoano deu ao Centrão os principais postos de comando da Casa. Chico Alencar (PSOL-SP) e Marcel van Hattem (Novo-RS), os únicos deputados na disputa, tiveram 21 e 19 votos, respectivamente. Foram cinco votos em branco.

Na votação, o reeleito superou os 434 obtidos por Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), em 1991, e João Paulo Cunha (PT-SP), em 2003. Lira usou o cargo para distribuir recursos e benesses aos colegas da Casa. Só em benefícios foram R\$ 70 milhões, incluindo até mesmo aumento na ajuda de custo para deputado pagar aluguel em Brasília. Sem o orçamento secreto, mecanismo de distribuição de recursos públicos sem transparência que foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Lira recebera pressão do baixo clero para garantir privilégios aos parlamentares.

Na chapa que montou para dirigir a Câmara, Lira deu mais protagonismo a seus aliados mais próximos. O Republicanos e o União Brasil acumularam a vice-presidência e a primeira-secretaria - que controla as despesas da Câmara - com os presidentes nacionais das legendas, Marcos Pereira (SP) e Luciano Bivar (PE), respectivamente, nos principais cargos na mesa diretora indicada por Lira.

O PT tem a deputada Maria do Rosário (PT-RS) na segunda-secretaria, uma vaga de menor importância, cargo que já ocupava durante o governo Jair Bolsonaro (PL). O atual presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Sóstenes Cavalcante (PL-



Lira chegou a receber recado de militares de que não haveria eleição se o Congresso não aprovasse a votação em papel

RJ), ficou com a segunda vice-presidência. Dois deputados do Centrão, Júlio César (PSD-PI) e Lucio Moschini (MDB-RO) ocupam a terceira e quarta secretarias.

O amplo apoio político significa mais poder de barganha para Lira, que terá o Centrão nas negociações com Lula, em troca da aprovação de projetos de interesse do governo. O governo do petista vinha seguindo as nomeações de apadrinhados por políticos na espera do resultado da eleição das presidências do Congresso. Lira agora será um dos principais interlocutores junto ao governo na indicação de cargos no Executivo.

Em 2021, o presidente da Câmara teve 302 votos e o apoio de 11 legendas. Neste ano, ele conseguiu reunir o principal partido da oposição,

o PL; o governo, liderado pelo PT, e o Centrão, encabeçado pelo União Brasil, em favor de sua candidatura. Na época, Lira teve apoio do então presidente Jair Bolsonaro. Durante todo o governo, foi considerado um aliado, mas não aderiu à tentativa de implantar o voto impresso nas eleições de 2022. O presidente da Câmara chegou a receber recado de militares de que não haveria eleição se o Congresso não aprovasse a votação em papel. Lira não aceitou o ultimato e avisou Bolsonaro disso.

Na quarta-feira, 1º, ao pedir votos da tribuna da Câmara, exaltou os trabalhos feitos durante sua gestão no comando da Casa e avisou que não ser submisso do governo federal. "Se eleito, quero estabelecer com o Poder Executivo não uma relação de subordina-

ção, mas um pacto para aprimorar e avançar nas políticas públicas", disse.

Ele também fez uma defesa "ao sagrado direito à nossa liberdade de expressão", desde que ela não represente uma ameaça à democracia. O alagoano disse que "o Brasil tem pressa" e destacou que é preciso enfrentar imediatamente a questão tributária.

"Vamos garantir os meios para que as discussões sejam exaustivas. Podemos ter adversários, mas não somos inimigos um dos outros", afirmou. "Destaco que o meu compromisso é continuar a ser um facilitador dos debates, com absoluta liberdade e soberania."

Lira é o quarto presidente da Câmara a ultrapassar a marca de 400 votos - além de Ibsen e Cunha, Michel Temer alcançou os 422 votos, em 1999.

ADIAMENTO

Alerj empossa deputados, mas só vai eleger novo presidente na quinta-feira

Os deputados estaduais do Rio de Janeiro foram empossados na tarde desta quarta-feira, 1º, em meio à indefinição sobre quem deverá comandar a presidência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) pelos próximos dois anos. Com ampla vantagem na Casa, o governador Cláudio Castro (PL) enfrenta o primeiro desafio de seu segundo mandato. Precisa pacificar a base para eleger seu candidato a presidir a Casa, o deputado Rodrigo Bacellar (PL), até recentemente secretário de Governo do Estado. A eleição só ocorrerá na quinta, 2.

Castro conta com o apoio formal de ao menos 45 deputados eleitos por partidos que apoiaram a reeleição do governador. Já os partidos de oposição (PSOL, PCdoB, PT, PSB e PDT) somam 17 cadeiras. Os dois possíveis candidatos à presidência da Alerj são do PL, partido de Castro. Os dois ocuparam o primeiro escalão do governo do Estado. Jair Bitencourt comandou a pasta de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.

"Sempre prezei pelo diálogo e por trabalhar em conjunto em prol de um objetivo comum: melhorar a vida das pessoas. O Estado do Rio dialoga com todos os parlamentares. Da minha parte, reforço minha disposição e empenho em dialogar com todos os partidos", afirmou Castro, presente na posse.

O governador do Rio trabalha pela eleição de Bacellar. Na última semana, ele e seus aliados intensificaram os pedidos de voto no secretário de Governo. À princípio, Castro afirmou que não se envolveria na disputa do Legislativo fluminense.

Desde 1995, não há disputa pelo comando da Casa. O nome com mais apoio no parlamento e com sustentação do chefe do Executivo sempre foi conduzido. Caso Bacellar e Bitencourt se mantenha na disputa, um deles precisará alcançar a maioria simples, 36 deputados, para ser eleito.

"No meu mandato, espero atender às demandas que eu apresentei. Represento o interior e quem sobe na vida mesmo com as dificuldades. Eu disputo a eleição da Mesa Diretora com orgulho enorme de ter na minha chapa o PCdoB, o PT, o PSOL, o PL, o PDT, talvez o MDB, mostrando a diversidade do voto na Alerj. Parlamento é isso: conversa", afirmou o deputado Jair Bitencourt durante a cerimônia de posse.

A maior bancada nesta nova legislatura será do PL, com 17 deputados. Em sequência, vem a bancada do União Brasil, com oito parlamentares, seguida pelo PT com sete, PSD com seis e PSOL com cinco. O PP contará com quatro deputados, enquanto o Republicanos e o Solidariedade terão três deputados cada um. Os partidos com dois representantes na Alerj são PSB, PROS, MDB, PDT e Podemos. Já Avante, PMN, Patriota, Agir, PSC, PTB, PCdoB contam com um parlamentar, cada legenda.

A sessão solene no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, no Palácio Tiradentes, antiga sede da Assembleia, foi comandada pelo deputado Carlos Minc (PSB), decano da Casa, que iniciou seu décimo mandato.

"Vamos deixar uma assembleia melhor para que o futuro presidente faça um trabalho ainda melhor", afirmou o atual presidente da Casa, André Ceciliano (PT).

Nesta nova legislatura, a Alerj terá uma renovação de 45,7%. São 32 novos parlamentares e 38 reeleitos. A bancada feminina na Casa representa 21,4% do total de parlamentares. A Alerj terá ainda a primeira transexual com mandato na Assembleia, Dani Balbi (PCdoB); a Índia Armelau (PL), autodeclarada indígena; e Erika Takimoto (PT), autodeclarada asiática.

Os deputados voltarão a se reunir na quinta-feira, 2, às 15h, também no Palácio Tiradentes, para a eleição da Mesa Diretora e do novo presidente da Alerj.

MINORIAS

Augusto Aras diz que voto popular deve ser sempre respeitado

O procurador-geral da República, Augusto Aras, disse durante abertura do ano Judiciário no Supremo Tribunal Federal (STF) que o voto popular deve ser respeitado, "especialmente pelos que não obtiveram maioria ou proporção necessária". Para ele, a polarização política é "expressão legítima da intensidade da vida democrática em um país plural e multicultural", mas exige também "respeito às diferenças". "A promoção da cultura da tolerância é dever permanente de todos", afirmou.

Aras ainda ressaltou que o "povo tem direito a mudar de opinião" e que "pessoas podem convergir quanto à definição de políticas públicas, mesmo que não comunguem as mesmas visões de mundo".

Sem citar os atos golpistas de 8 de janeiro, o procurador-geral da República salientou que o momento atual é de um "simbolismo imenso". "Ao menos para nossa geração", observou Aras no final da manhã de quarta-feira, 1º.

Citando um romance em que o personagem dizia todos os dias para sua amada que a amava, para manter garantida que a emoção estava ali, o procurador disse ser preciso também repetir para a democracia brasileira que todos a amam. "Precisamos dizer todos

os dias: 'deus me ama, eu te amo, eu te amo'."

Aras enfatizou que, para se chegar à democracia que há no Brasil hoje foram vertidos sangue, suor e lágrimas de muitos brasileiros que nos antecederam. "Por isso, em nome do Ministério Público Federal, eu digo: 'democracia: eu te amo, eu te amo, eu te amo'", repetiu. Em resposta aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, Aras disse, que até o momento, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou 525 denúncias, 14 pedidos de prisão e nove solicitações de busca e apreensão contra investigados pelos ataques.

Ele rebateu as críticas de que o MPF não agiu contra violência política nos últimos anos, Aras afirmou que a instituição atuou para manter a paz no país em 2021 e 2022. "O MPF esteve, nos anos anteriores, de forma discreta, estrategicamente discreta, evitando que extremistas, de toda natureza e ordem, se manifestassem contra o Estado Democrático de Direito."

Na sessão solene, a presidente do STF, Rosa Weber, destacou que os golpistas que vandalizaram os prédios da Corte, do Congresso Nacional e do Palácio Planalto serão punidos dentro do rigor da lei e que os ataques não abalaram a crença na democracia.

ATOS GOLPISTAS

PGR defende prisão preventiva de ex-comandante da PM-DF

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu na quarta-feira, 1º, a manutenção da prisão preventiva do ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal (PM-DF), coronel Fábio Augusto Vieira, na investigação sobre os atos golpistas na Praça dos Três Poderes.

O coronel está preso desde o dia 10 de janeiro por suspeita de 'conivência' com os protestos extremistas. A prisão preventiva não tem prazo para terminar.

O subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos disse que a 'hipótese criminal' autoriza a continuidade da prisão cautelar.

"Ainda que haja necessidade de delimitação de outras responsabilidades e alguns contornos fáticos, há evidências de que o requerente sabia,

podia e devia ter agido", diz um trecho da manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Os advogados João Paulo Boaventura e Thiago Turbay, que representam o ex-comandante da PM, disseram em recurso enviado ao STF que o relatório da intervenção na segurança pública do Distrito Federal descarta omissão ou conivência com a ação dos extremistas. A defesa alega que ele não participou do planejamento da operação de segurança para o dia 8 de janeiro e que o trabalho ficou a cargo do Departamento Operacional (DOP) da Polícia Militar.

A PGR afirma, no entanto, que ele 'tinha pleno conhecimento das manifestações' e agora busca 'afastar sua responsabilidade penal'. Na

avaliação do órgão, o então comandante da PM deveria ter 'mobilizado toda a tropa a tempo e hora de conter o avanço do grupo golpista' que invadiu os prédios dos três Poderes no dia 8 de janeiro.

"É pouco ou nada crível que o Comandante-Geral da Polícia Militar desconhecasse a gravidade dos atos que se avizinhavam na manhã do dia 8 de janeiro, tanto que, pessoalmente, deslocou-se para o sítio dos fatos para acompanhar todos os seus desdobramentos causais", argumenta o subprocurador.

A decisão sobre a continuidade ou não da prisão cabe agora ao ministro Alexandre de Moraes, relator das investigações sobre os atos golpistas.

"A defesa técnica do Cel. Fábio Vieira recebeu, surpresa, a manifestação profe-

CONCORRÊNCIA DESLEAL

Receita intensifica as operações de combate à sonegação fiscal em Minas

As ações do Fisco resultaram na recuperação de R\$ 5,4 bilhões, que foram direcionados para o caixa do Tesouro Estadual e incorporados aos recursos destinados às políticas públicas

Entre 2019 e 2022, a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), por meio da Receita Estadual e órgãos parceiros, realizou um total de 210 operações de combate à sonegação fiscal, média de 52 por ano ou o equivalente a uma operação por semana. A intensificação das ações – uma resposta à determinação do governador Romeu Zema no início do primeiro mandato – resultou na recuperação de R\$ 5,4 bilhões, que foram direcionados para o caixa do Tesouro Estadual e incorporados aos recursos destinados às políticas públicas.

Fruto de extensas investigações, as operações dos últimos quatro anos contaram com a participação, quer seja em campo ou no trabalho de retaguarda, de cerca de 2 mil servidores fazendários das Superintendências Centrais e Regionais da SEF/MG. Nesse período, foram cumpridos 547 mandados de busca e apreensão nas empresas e residências dos envolvidos em esquemas de sonegação fiscal e crimes correlatos nos mais variados segmentos da economia.

No cumprimento das ordens judiciais, as equipes fazendárias foram responsáveis pela duplicação forense dos materiais encontrados em posse dos sus-



Scavazza: "ao longo desses últimos quatro anos, tivemos casos de fraudes que envolveram empresas de outros estados. Isso tornou as operações mais complexas"

peitos. Todos os dados, copiados por donadores de última geração, foram encaminhados para o Laboratório de Auditoria Digital da Receita Estadual cujas análises resultaram em laudos técnicos anexados aos processos para comprovação do envolvimento dos investidores nas fraudes.

Durante as 210 operações, foram copiados para os dispositivos de armazenamento 378 TB (terabyte) de dados. Para

se ter uma ideia do volume de informações apreendidas, se tudo fosse impresso em papel A4, seriam necessárias 2,457 bilhões de folhas; se convertido em imagens, seriam 94,5 milhões de fotos com resolução de 12 MP (megapixel); se convertido em vídeos, daria 189 mil horas em alta resolução.

Para o subsecretário da Receita Estadual, Osvaldo Scavazza, os resultados obtidos até aqui são reflexo da seriedade e

eficiência de todos os envolvidos nas operações. Ele ressalta a importância das parcerias feitas com outros órgãos públicos.

"Ao longo desses últimos quatro anos, tivemos casos de fraudes que envolveram empresas de outros estados. Isso tornou as operações ainda mais complexas, valorizando não só o trabalho da Receita Estadual, mas também comprovando, na prática, o quão fundamentais são as parcerias firmadas

com órgãos como o Ministério Público Estadual e as polícias Civil e Militar", avalia Scavazza.

Em 2019, foram 56 operações com a recuperação de R\$ 1,101 bilhão em impostos sonegados.

Em 2020, mesmo diante do coronavírus, houve sequência da missão dos servidores fazendários na recuperação dos ativos. No período, foram realizadas 44 operações de combate à sonegação fiscal e recu-

perado um total de R\$ 1,125 bilhão, valor superior ao ano anterior.

Em 2021, quando o país ainda enfrentava as consequências da doença, foram realizadas 49 operações e o volume de impostos recuperados chegou a R\$ 1,796 bilhão.

Já em 2022, foram 61 operações que atingiram a cifra de R\$ 1,388 bilhão de ativos recuperados.

O secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa, defende a ideia de que as operações vão além da recuperação dos impostos sonegados. Para ele, em certa medida, as ações também representam um auxílio na recuperação da economia mineira, uma vez que a retirada de circulação dos envolvidos em fraudes reflete positivamente nos negócios dos contribuintes cumpridores de seus deveres.

"A sonegação favorece a concorrência desleal entre empresas, pois aquelas que não pagam impostos acabam tendo, de forma ilegal, vantagem competitiva sobre as que cumprem suas obrigações. Por isso, quando nossas ações acabam com fraudes desse tipo, entendo como um alento para os empresários honestos. Na minha opinião, a intensificação das operações garante justiça fiscal e equidade tributária", conclui Barbosa.

CAMPANHA

Governo divulga cronograma do Programa Nacional de Vacinação

O Ministério da Saúde divulgou esta semana o cronograma para 2023 do Programa Nacional de Vacinação. As ações começam em 27 de fevereiro, com a aplicação de doses de reforço bivalentes contra a covid-19 na população com maior risco de desenvolver formas graves da doença, como idosos acima de 60 anos e pessoas com deficiência.

Também está previsto para abril intensificar a campanha de vacinação contra a influenza, antes da chegada do inverno, quando as temperaturas mais baixas levam ao aumento nos casos de doenças respiratórias. Já em maio, deve ocorrer uma ação de multivacinação contra a poliomielite e o sarampo nas escolas.

As etapas, de acordo com o ministério, foram organizadas de acordo com os estoques de doses existentes, as novas encomendas realizadas pela pasta e os compromissos de entregas assumidos pelos fabricantes de vacinas.

O cronograma foi pactuado com representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e pode ser alterado caso o cenário de entregas seja modificado ou tão logo novos laboratórios tenham suas solicitações aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O ministério destacou que o Brasil, apesar de ser considerado um país pioneiro em campanhas de vacinação, vem apresentando retroces-



Vacinação: as etapas foram organizadas de acordo com os estoques nesse campo desde 2016. Praticamente todas as coberturas vacinais, segundo a pasta, estão abaixo da meta.

"Diante do cenário de baixas coberturas vacinais, desabastecimento, risco de epidemias de poliomielite e sarampo, além da queda de confiança nas vacinas, o Ministério da Saúde realizou, ao longo do mês de janeiro, uma série de reuniões envolvendo outros ministérios."

"É importante ressaltar que, para todas as estratégias de vacinação propostas, as ações de comunicação e de comprometimento da sociedade serão essenciais para que as campanhas tenham efeito. A população precisa ser esclarecida sobre a importância da vacinação e os riscos de adoecimento e morte das pessoas não vacinadas."

O programa de vacinação do Brasil é uma construção que vai chegar ao 50º aniversário em novembro deste ano. Iniciado em 1973, o Programa Nacional de Imunização (PNI) nasceu no ano em que as vacinas deram uma prova contundente de sua importância: o Brasil havia acabado de ser reconhecido por erradicar a varíola humana, doença que teve seus últimos casos no país em 1971, seis anos antes de a Somália ter registrado o último caso no mundo.

Desde então, o acréscimo de novas vacinas ao programa e o aumento das coberturas permitiram a erradicação da poliomielite (1989), da síndrome da rubéola congênita (2008) e do tétano materno e neonatal (2012) – doenças responsáveis por mortes e sequelas permanentes, como parali-

sias e surdez.

Até 2015, o percentual de pessoas protegidas pelas vacinas atingia as metas de 90% do público-alvo para cada imunizante, mas a derrocada observada em seguida fez com que os patamares de imunização voltassem ao nível da década de 1980.

Tamanho retrocesso é apontado por pesquisadores como a causa do retorno do sarampo ao país, depois de a doença ter sido declarada erradicada em 2016 e ter voltado a circular em 2018. A coordenadora do Observatório de Saúde na Infância (Observa Infância), Patrícia Boccolini, classifica como inaceitável o Brasil voltar a registrar mortes por sarampo, uma doença prevenível por vacinas gratuitas, eficazes e seguras.

"De 2018 até 2021, a gente teve 26 óbitos por sarampo em crianças menores de 5 anos no Brasil. Nas duas décadas anteriores a 2018, a gente teve apenas um óbito. Isso é algo inaceitável. Uma morte já seria inaceitável, e a gente teve 26", lamenta a coordenadora do Observa Infância, que é um projeto da Faculdade de Medicina de Petrópolis do Centro Arthur de Sá Earp Neto (Unifesp) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Como prioridade, Patrícia acredita que o novo governo precisa investir em comunicação massiva para restaurar a confiança nas vacinas, abalada pela disseminação de desinformação durante a pandemia de covid-19.

COVID-19

São Paulo amplia vacinação de crianças de 6 meses a 2 anos

A capital paulista inicia na quinta-feira (2) a vacinação de crianças com idades entre de 6 meses a 2 anos, 11 meses e 29 dias contra a covid-19. Crianças de 5 a 11 anos que já tenham tomado as duas primeiras doses também poderão receber a dose de reforço.

A chegada de remessas de vacinas Pfizer Baby e Pediatrica, na terça-feira (31), permitiu a ampliação do público-alvo. O município recebeu novos lotes, que totalizam 768 mil doses de imunizantes contra a Covid-19, disponibilizadas no âmbito dos programas Nacional e Estadual de Imunizações (PNI e PEI).

Segundo levantamento da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) deste ano, o município de São Paulo tem, ao todo, 367.439 crianças na faixa etária de 6 meses a 2 anos, 11 meses e 29 dias. Já a parcela na faixa etária de 5 a 11 anos, que pode receber a dose de reforço, é de 812.426 crianças.

Até terça-feira, foram aplicadas 32.019 doses em crianças de 6 meses a 2 anos, 11 meses e 29 dias com comorbidades, deficiência permanente e indígenas. Do total, 24.810 foram primeiras doses e 7.209, segundas doses, incluindo doses remanescentes, ou seja, as chamadas "xepas".

A cobertura vacinal entre as crianças de 5 a 11 anos é de 100% para a primeira dose (1.082.827 aplicações) e cai para 83,5% na segunda dose (904.866 aplicações).

Na capital, a vacinação já atingiu a marca de 37.175.745 doses de imunizantes contra a covid-19, sendo 12.144.396 da primeira dose. Além disso, entram na conta aproximadamente 378 mil doses que encerraram o ciclo vacinal, sendo 11.507.451 da segunda dose e 367.511 de doses únicas. O balanço mostra, ainda, que as equipes de saúde aplicaram 8.361.813 primeiras doses de reforço, 4.528.573 segundas doses de reforço e 266.001 terceiras doses adicionais.

Os imunizantes contra a covid-19 estão disponíveis em todas as unidades básicas de saúde (UBSs) e assistências médicas ambulatoriais (AMAs)/UBSs integradas, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e nas AMAs/UBSs Integradas, aos sábados, também das 7h às 19h. É possível consultar o endereço das por meio da plataforma Busca Saúde.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou recebeu o pedido de registro definitivo da vacina bivalente BA.4/BA.5 contra a covid-19, da Pfizer. A empresa também solicitou a ampliação da autorização para crianças entre 5 e 11 anos do imunizante.

O imunizante atualizado com base na Ômicron e suas subvariantes, tem uso emergencial aprovado desde novembro, como dose de reforço para a população acima de 12 anos de idade.

JUSTIÇA

PGM inicia processo seletivo para Residência Jurídica na capital

De acordo com a Procuradoria do Município do Rio, o prazo de inscrição para o processo seletivo começa no dia 13/2 e vai até 1º de março.

O edital que vai possibilitar o ingresso de residentes jurídicos na Procuradoria do Município do Rio (PGM) foi publicado nesta quarta-feira (1/2). O prazo de inscrição para o processo seletivo começa no dia 13/2 e se estende até o dia 1º de março.

“A residência dá aos bacharéis em Direito o conhecimento prático e teórico no âmbito da advocacia pública – afirma o

procurador-geral, Daniel Bucar. Os candidatos interessados no VIII Processo Seletivo para Residência Jurídica devem ter formação em Direito e serão examinados por meio de provas objetivas e discursivas, realizadas na cidade do Rio. O procurador-diretor do Centro de Estudos da PGM, Rafael Oliveira, explica as atividades que serão desenvolvidas na Instituição pelos aprovados.

“Nosso Programa de Residência Jurídica prevê a realização de congressos, seminários

e palestras que serão acompanhadas pelos residentes. No dia a dia aqui na PGM, o trabalho dos bacharéis será de apoio aos procuradores do município, realização de pesquisas de legislação, produção de minutas de editais e contratos, por exemplo”, comenta o procurador-diretor.

A carga horária semanal para os residentes jurídicos é de 25 horas e os que forem selecionados receberão bolsa-auxílio no valor de R\$ 2.200 e auxílio-transporte mensal.

As inscrições podem ser realizadas por meio de formulário específico disponível no portal.

Os candidatos aprovados no concurso para residência jurídica poderão realizar o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Municipal Contemporâneo. A PGM e a Uerj, por meio do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED), assinaram um Termo de Convênio que viabilizará a realização da Pós-Graduação.

CONTROLE

Gov. Lula determina cadastro de todas as armas em sistema da PF em até 60 dias

Começou na quarta-feira (1º) o prazo de 60 dias para o cadastro de todas as armas – tanto de uso permitido como restrito – no Sistema Nacional de Armas (Sinaarm). A medida vale também para caçadores, atiradores e colecionadores (CACs). Caberá à Polícia Federal a responsabilidade pela gestão do sistema de registros.

A obrigação desse cadastro, uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está prevista na Portaria nº 299, publicada no Diário Oficial da União de hoje. Em diversas oportunidades, o controle das armas foi citado, tanto pelo presidente

cresceu 473,6% entre 2018 e 2022, chegando a um total de 4,4 milhões de armas em estoques particulares. Deste total, 2,88 milhões estão registradas; e 1,54 milhão está com registro expirado.

A portaria publicada na terça-feira informa que, no caso de armas de uso permitido, o cadastramento deverá ser feito no sistema disponibilizado pela Polícia Federal.

As armas de uso restrito deverão ser apresentadas pelo proprietário, mediante prévio agendamento junto às delegacias da Polícia Federal, acompanhadas de comprovação do respectivo registro no Sistema

POSEIDON PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME sob nº 19.560.759/0001-57 - NIRE nº 333.0031077-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2022. 1. **Data, Hora e Local:** Em 24 de junho de 2022, às 9:00 horas, na sede da Poseidon Participações S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 2605, Botafogo, CEP 22.290-160. 2. **Presença e Convocação:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas, sendo, portanto, dispensada a convocação prévia nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). 3. **Mesa:** Presidente: Fábio Manuel Guiso da Cunha; Secretária: Michele Pimenta do Amaral. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do décimo aditamento e consolidação ao “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Fidejussória da Marlin Navegação S.A.” (“Décimo Aditamento à Escritura de Emissão da Marlin”), no âmbito da primeira emissão, pela Marlin Navegação S.A. (“Marlin”), em série única, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real (“Debêntures”) e “1ª Emissão”, respectivamente), objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Escritura de Emissão”); (ii) a celebração, pela Companhia, do 4º (quarto) aditamento ao “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações”, celebrado originalmente entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com a intervenção da Marlin, em 31 de março de 2015, conforme aditado de tempos em tempos (“4º (Quarto) Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações”); (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização do Décimo Aditamento à Escritura de Emissão da Marlin e do 4º (quarto) Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações; e (iv) a ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações constantes dos itens “(i)” a “(iii)” acima. 5. **Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, o único acionista deliberou, sem qualquer ressalva: 5.1. Aprovar a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do Décimo Aditamento à Escritura de Emissão da Marlin, para prever a (i) alteração do cronograma de Pagamento da Remuneração e do Pagamento do Principal, previstos nas Cláusulas 5.15 e 5.17 da Escritura de Emissão, respectivamente; e (ii) incorporação dos juros remuneratórios previstos na Cláusula 5.14 da Escritura de Emissão, devidos em 15 de abril de 2022, 15 de maio de 2022, 15 de junho de 2022 e 15 de julho de 2022, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, com a consequente alteração da Cláusula 5.14.2 da Escritura de Emissão. Os juros remuneratórios devidos em 15 de abril de 2022, 15 de maio de 2022 e 15 de junho de 2022 foram incorporados ao saldo do Valor Nominal Unitário em 15 de junho de 2022, e os juros remuneratórios devidos em 15 de julho de 2022 serão incorporados ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em 15 de julho de 2022. 5.1.1. Em razão do disposto no item 5.1 acima, aprovar a celebração do Décimo Aditamento à Escritura de Emissão, com a inclusão das definições dos termos “AGE Marlin Décimo Aditamento”, “Décimo Aditamento”, “Terceira Data de Incorporação” e “Quarta Data de Incorporação” na Cláusula “1. Definições” da Escritura de Emissão, bem como a alteração da redação da Cláusula 5.14.2, 5.15 e 5.17 da Escritura de Emissão, que passarão a ter as seguintes redações abaixo: 1. **DEFINIÇÕES:** (...) **AGE Marlin Décimo Aditamento:** A Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 24 de junho de 2022, que aprovou a celebração do Décimo Aditamento à Escritura. **Décimo Aditamento:** Significa o “Décimo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Fidejussória da Marlin Navegação S.A.”, celebrado em 24 de junho de 2022, por e entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a intervenção e anuência da Poseidon. **Terceira Data de Incorporação:** Significa o dia 15 de junho de 2022, data em que os juros remuneratórios devidos em 15 de abril, 15 de maio de 2022 e 15 de junho de 2022 foram incorporados ao saldo do Valor Nominal Unitário, nos termos da AGE Marlin Décimo Aditamento. **Quarta Data de Incorporação:** Significa o dia 15 de julho de 2022, data em que os juros remuneratórios devidos em 15 de julho de 2022 serão incorporados ao saldo do Valor Nominal Unitário, nos termos da AGE Marlin Décimo Aditamento. “5.14.2. Para fins desta Escritura de Emissão, Período de Capitalização significa o intervalo de tempo que se inicia (a) na Data de Incorporação (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, (b) na Segunda Data de Incorporação (inclusive) no segundo Período de Capitalização, (c) na Terceira Data de Incorporação (inclusive) no terceiro Período de Capitalização, (d) na Quarta Data de Incorporação (inclusive) no quarto Período de Capitalização ou (e) na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e em todos os casos termina na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.” 5.15. **Pagamento da Remuneração.** A Remuneração das Debêntures será paga até a Data de Vencimento conforme a periodicidade indicada no quadro abaixo, observado o disposto na Cláusula 5.19: **Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures:** 15.10.2015; 15.04.2016; 15.10.2016; 15.04.2017; 15.10.2017; 15.05.2017; 15.06.2017; 15.07.2017; 15.08.2017; 15.09.2017; 15.10.2017; 15.11.2017; 15.12.2017; 15.01.2022; 15.02.2022; 15.03.2022; 15.08.2022; 15.09.2022; 15.10.2022; 15.11.2022; 15.12.2022; 15.01.2023; 15.02.2023; 15.03.2023; 15.04.2023; 15.05.2023; 15.06.2023; 15.07.2023; 15.08.2023; 15.09.2023; 15.10.2023; 15.11.2023; 15.12.2023; 15.01.2024; 15.02.2024; 15.03.2024; 15.04.2024; 15.05.2024; 15.06.2024; 15.07.2024; 15.08.2024; 15.09.2024; 15.10.2024; 15.11.2024; 15.12.2024; 15.01.2025; 15.02.2025; 15.03.2025; 15.04.2025; 15.05.2025; 15.06.2025; 15.07.2025; 15.08.2025; 15.09.2025; 15.10.2025; 15.11.2025; 15.12.2025; 15.01.2026; 15.02.2026; 15.03.2026; 15.04.2026; 15.05.2026; 15.06.2026; 15.07.2026; 15.08.2026; 15.09.2026; 15.10.2026; 15.11.2026; 15.12.2026; 15.01.2027; 15.02.2027; 15.03.2027; 15.04.2027; 15.05.2027; 15.06.2027; 15.07.2027; 15.08.2027; 15.09.2027; 15.10.2027; 15.11.2027; 15.12.2027; 15.01.2028; 15.02.2028; 15.03.2028; 15.04.2028; 15.05.2028; 15.06.2028; 15.07.2028; 15.08.2028; 15.09.2028; 15.10.2028; 15.11.2028; 15.12.2028; 15.01.2029; 15.02.2029; 15.03.2029; 15.04.2029; 15.05.2029; 15.06.2029; 15.07.2029; 15.08.2029; 15.09.2029; 15.10.2029; 15.11.2029; 15.12.2029; 15.01.2030; 15.02.2030; 15.03.2030; 15.04.2030; 15.05.2030; 15.06.2030; 15.07.2030; 15.08.2030; 15.09.2030; 15.10.2030; 15.11.2030; 15.12.2030; 15.01.2031; 15.02.2031; 15.03.2031; 15.04.2031; 15.05.2031; 15.06.2031; 15.07.2031; 15.08.2031; 15.09.2031; 15.10.2031; 15.11.2031; 15.12.2031; 15.01.2032; 15.02.2032; 15.03.2032; 15.04.2032; 15.05.2032; 15.06.2032; 15.07.2032; 15.08.2032; 15.09.2032; 15.10.2032; 15.11.2032; 15.12.2032; 15.01.2033; 15.02.2033; 15.03.2033; 15.04.2033; 15.05.2033; 15.06.2033; 15.07.2033; 15.08.2033; 15.09.2033; 15.10.2033; 15.11.2033; 15.12.2033; 15.01.2034; 15.02.2034; 15.03.2034; 15.04.2034; 15.05.2034; 15.06.2034; 15.07.2034; 15.08.2034; 15.09.2034; 15.10.2034; 15.11.2034; 15.12.2034; 15.01.2035; 15.02.2035; 15.03.2035; 15.04.2035; 15.05.2035; 15.06.2035; 15.07.2035; 15.08.2035; 15.09.2035; 15.10.2035; 15.11.2035; 15.12.2035; 15.01.2036; 15.02.2036; 15.03.2036; 15.04.2036; 15.05.2036; 15.06.2036; 15.07.2036; 15.08.2036; 15.09.2036; 15.10.2036; 15.11.2036; 15.12.2036; 15.01.2037; 15.02.2037; 15.03.2037; 15.04.2037; 15.05.2037; 15.06.2037; 15.07.2037; 15.08.2037; 15.09.2037; 15.10.2037; 15.11.2037; 15.12.2037; 15.01.2038; 15.02.2038; 15.03.2038; 15.04.2038; 15.05.2038; 15.06.2038; 15.07.2038; 15.08.2038; 15.09.2038; 15.10.2038; 15.11.2038; 15.12.2038; 15.01.2039; 15.02.2039; 15.03.2039; 15.04.2039; 15.05.2039; 15.06.2039; 15.07.2039; 15.08.2039; 15.09.2039; 15.10.2039; 15.11.2039; 15.12.2039; 15.01.2040; 15.02.2040; 15.03.2040; 15.04.2040; 15.05.2040; 15.06.2040; 15.07.2040; 15.08.2040; 15.09.2040; 15.10.2040; 15.11.2040; 15.12.2040; 15.01.2041; 15.02.2041; 15.03.2041; 15.04.2041; 15.05.2041; 15.06.2041; 15.07.2041; 15.08.2041; 15.09.2041; 15.10.2041; 15.11.2041; 15.12.2041; 15.01.2042; 15.02.2042; 15.03.2042; 15.04.2042; 15.05.2042; 15.06.2042; 15.07.2042; 15.08.2042; 15.09.2042; 15.10.2042; 15.11.2042; 15.12.2042; 15.01.2043; 15.02.2043; 15.03.2043; 15.04.2043; 15.05.2043; 15.06.2043; 15.07.2043; 15.08.2043; 15.09.2043; 15.10.2043; 15.11.2043; 15.12.2043; 15.01.2044; 15.02.2044; 15.03.2044; 15.04.2044; 15.05.2044; 15.06.2044; 15.07.2044; 15.08.2044; 15.09.2044; 15.10.2044; 15.11.2044; 15.12.2044; 15.01.2045; 15.02.2045; 15.03.2045; 15.04.2045; 15.05.2045; 15.06.2045; 15.07.2045; 15.08.2045; 15.09.2045; 15.10.2045; 15.11.2045; 15.12.2045; 15.01.2046; 15.02.2046; 15.03.2046; 15.04.2046; 15.05.2046; 15.06.2046; 15.07.2046; 15.08.2046; 15.09.2046; 15.10.2046; 15.11.2046; 15.12.2046; 15.01.2047; 15.02.2047; 15.03.2047; 15.04.2047; 15.05.2047; 15.06.2047; 15.07.2047; 15.08.2047; 15.09.2047; 15.10.2047; 15.11.2047; 15.12.2047; 15.01.2048; 15.02.2048; 15.03.2048; 15.04.2048; 15.05.2048; 15.06.2048; 15.07.2048; 15.08.2048; 15.09.2048; 15.10.2048; 15.11.2048; 15.12.2048; 15.01.2049; 15.02.2049; 15.03.2049; 15.04.2049; 15.05.2049; 15.06.2049; 15.07.2049; 15.08.2049; 15.09.2049; 15.10.2049; 15.11.2049; 15.12.2049; 15.01.2050; 15.02.2050; 15.03.2050; 15.04.2050; 15.05.2050; 15.06.2050; 15.07.2050; 15.08.2050; 15.09.2050; 15.10.2050; 15.11.2050; 15.12.2050; 15.01.2051; 15.02.2051; 15.03.2051; 15.04.2051; 15.05.2051; 15.06.2051; 15.07.2051; 15.08.2051; 15.09.2051; 15.10.2051; 15.11.2051; 15.12.2051; 15.01.2052; 15.02.2052; 15.03.2052; 15.04.2052; 15.05.2052; 15.06.2052; 15.07.2052; 15.08.2052; 15.09.2052; 15.10.2052; 15.11.2052; 15.12.2052; 15.01.2053; 15.02.2053; 15.03.2053; 15.04.2053; 15.05.2053; 15.06.2053; 15.07.2053; 15.08.2053; 15.09.2053; 15.10.2053; 15.11.2053; 15.12.2053; 15.01.2054; 15.02.2054; 15.03.2054; 15.04.2054; 15.05.2054; 15.06.2054; 15.07.2054; 15.08.2054; 15.09.2054; 15.10.2054; 15.11.2054; 15.12.2054; 15.01.2055; 15.02.2055; 15.03.2055; 15.04.2055; 15.05.2055; 15.06.2055; 15.07.2055; 15.08.2055; 15.09.2055; 15.10.2055; 15.11.2055; 15.12.2055; 15.01.2056; 15.02.2056; 15.03.2056; 15.04.2056; 15.05.2056; 15.06.2056; 15.07.2056; 15.08.2056; 15.09.2056; 15.10.2056; 15.11.2056; 15.12.2056; 15.01.2057; 15.02.2057; 15.03.2057; 15.04.2057; 15.05.2057; 15.06.2057; 15.07.2057; 15.08.2057; 15.09.2057; 15.10.2057; 15.11.2057; 15.12.2057; 15.01.2058; 15.02.2058; 15.03.2058; 15.04.2058; 15.05.2058; 15.06.2058; 15.07.2058; 15.08.2058; 15.09.2058; 15.10.2058; 15.11.2058; 15.12.2058; 15.01.2059; 15.02.2059; 15.03.2059; 15.04.2059; 15.05.2059; 15.06.2059; 15.07.2059; 15.08.2059; 15.09.2059; 15.10.2059; 15.11.2059; 15.12.2059; 15.01.2060; 15.02.2060; 15.03.2060; 15.04.2060; 15.05.2060; 15.06.2060; 15.07.2060; 15.08.2060; 15.09.2060; 15.10.2060; 15.11.2060; 15.12.2060; 15.01.2061; 15.02.2061; 15.03.2061; 15.04.2061; 15.05.2061; 15.06.2061; 15.07.2061; 15.08.2061; 15.09.2061; 15.10.2061; 15.11.2061; 15.12.2061; 15.01.2062; 15.02.2062; 15.03.2062; 15.04.2062; 15.05.2062; 15.06.2062; 15.07.2062; 15.08.2062; 15.09.2062; 15.10.2062; 15.11.2062; 15.12.2062; 15.01.2063; 15.02.2063; 15.03.2063; 15.04.2063; 15.05.2063; 15.06.2063; 15.07.2063; 15.08.2063; 15.09.2063; 15.10.2063; 15.11.2063; 15.12.2063; 15.01.2064; 15.02.2064; 15.03.2064; 15.04.2064; 15.05.2064; 15.06.2064; 15.07.2064; 15.08.2064; 15.09.2064; 15.10.2064; 15.11.2064; 15.12.2064; 15.01.2065; 15.02.2065; 15.03.2065; 15.04.2065; 15.05.2065; 15.06.2065; 15.07.2065; 15.08.2065; 15.09.2065; 15.10.2065; 15.11.2065; 15.12.2065; 15.01.2066; 15.02.2066; 15.03.2066; 15.04.2066; 15.05.2066; 15.06.2066; 15.07.2066; 15.08.2066; 15.09.2066; 15.10.2066; 15.11.2066; 15.12.2066; 15.01.2067; 15.02.2067; 15.03.2067; 15.04.2067; 15.05.2067; 15.06.2067; 15.07.2067; 15.08.2067; 15.09.2067; 15.10.2067; 15.11.2067; 15.12.2067; 15.01.2068; 15.02.2068; 15.03.2068; 15.04.2068; 15.05.2068; 15.06.2068; 15.07.2068; 15.08.2068; 15.09.2068; 15.10.2068; 15.11.2068; 15.12.2068; 15.01.2069; 15.02.2069; 15.03.2069; 15.04.2069; 15.05.2069; 15.06.2069; 15.07.2069; 15.08.2069; 15.09.2069; 15.10.2069; 15.11.2069; 15.12.2069; 15.01.2070; 15.02.2070; 15.03.2070; 15.04.2070; 15.05.2070; 15.06.2070; 15.07.2070; 15.08.2070; 15.09.2070; 15.10.2070; 15.11.2070; 15.12.2070; 15.01.2071; 15.02.2071; 15.03.2071; 15.04.2071; 15.05.2071; 15.06.2071; 15.07.2071; 15.08.2071; 15.09.2071; 15.10.2071; 15.11.2071; 15.12.2071; 15.01.2072; 15.02.2072; 15.03.2072; 15.04.2072; 15.05.2072; 15.06.2072; 15.07.2072; 15.08.2072; 15.09.2072; 15.10.2072; 15.11.2072; 15.12.2072; 15.01.2073; 15.02.2073; 15.03.2073; 15.04.2073; 15.05.2073; 15.06.2073; 15.07.2073; 15.08.2073; 15.09.2073; 15.10.2073; 15.11.2073; 15.12.2073; 15.01.2074; 15.02.2074; 15.03.2074; 15.04.2074; 15.05.2074; 15.06.2074; 15.07.2074; 15.08.2074; 15.09.2074; 15.10.2074; 15.11.2074; 15.12.2074; 15.01.2075; 15.02.2075; 15.03.2075; 15.04.2075; 15.05.2075; 15.06.2075; 15.07.2075; 15.08.2075; 15.09.2075; 15.10.2075; 15.11.2075; 15.12.2075; 15.01.2076; 15.02.2076; 15.03.2076; 15.04.2076; 15.05.2076; 15.06.2076; 15.07.2076; 15.08.2076; 15.09.2076; 15.10.2076; 15.11.2076; 15.12.2076; 15.01.2077; 15.02.2077; 15.03.2077; 15.04.2077; 15.05.2077; 15.06.2077; 15.07.2077; 15.08.2077; 15.09.2077; 15.10.2077; 15.11.2077; 15.12.2077; 15.01.2078; 15.02.2078; 15.03.2078; 15.04.2078; 15.05.2078; 15.06.2078; 15.07.2078; 15.08.2078; 15.09.2078; 15.10.2078; 15.11.2078; 15.12.2078; 15.01.2079; 15.02.2079; 15.03.2079; 15.04.2079; 15.05.2079; 15.06.2079; 15.07.2079; 15.08.2079; 15.09.2079; 15.10.2079; 15.11.2079; 15.12.2079; 15.01.2080; 15.02.2080; 15.03.2080; 15.04.2080; 15.05.2080; 15.06.2080; 15.07.2080; 15.08.2080; 15.09.2080; 15.10.2080; 15.11.2080; 15.12.2080; 15.01.2081; 15.02.2081; 15.03.2081; 15.04.2081; 15.05.2081; 15.06.2081; 15.07.2081; 15.08.2081; 15.09.2081; 15.10.2081; 15.11.2081; 15.12.2081; 15.01.2082; 15.02.2082; 15.03.2082; 15.04.2082; 15.05.2082; 15.06.2082; 15.07.2082; 15.08.2082; 15.09.2082; 15.10.2082; 15.11.2082; 15.12.2082; 15.01.2083; 15.02.2083; 15.03.2083; 15.04.2083; 15.05.2083; 15.06.2083; 15.07.2083; 15.08.2083; 15.09.2083; 15.10.2083; 15.11.2083; 15.12.2083; 15.01.2084; 15.02.2084; 15.03.2084;

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/72CD-C8AF-BAA3-F447> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 72CD-C8AF-BAA3-F447



Hash do Documento

7A1175916BB5CA467F65D080E3C590DAB7141694F08D16B49ABF4811119A3486

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
01/02/2023 22:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

